

ANC

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Ilusões Perdidas

E STÃO finalmente criadas, ao fim de dois meses, as comissões encarregadas de estudar organizadamente os grandes temas da futura Constituição brasileira. A Constituinte revelou, mais uma vez, que sempre engasgará na hora das decisões importantes. Há um gargalo estreito. Falta confiança suficiente para o trabalho fluir com a naturalidade que devia ser decorrência da legitimidade, na tarefa de dotar o país de uma constituição pela média das aspirações democráticas nacionais.

A maneira como foi conduzida a escolha do presidente e do relator de cada uma dessas comissões mostra que o PMDB continua o mesmo, seja sob o tom paternal do deputado Ulysses Guimarães, seja quando é guiado como um cego de nascença pelo senador Mário Covas. O que continua faltando ao maior partido brasileiro é aquele teor mínimo de democracia na prática diária para a tomada de decisões. O líder que inverteu a expectativa eleitoral da bancada, elegendo-se em oposição ao presidente do partido, ascendeu em nome da democracia interna mas esqueceu a bandeira do lado de fora. Entrou e fechou a porta: a escolha dos presidentes e relatores foi um acintoso cambalacho, que compromete o PMDB e o PFL como sócios de um empreendimento fisiológico.

Viu-se que todos os relatores são indicações privativas do PMDB, e que o PFL foi agraciado com os postos de honra: os presidentes exercem uma função formal e coonestam, com a mão direita, o que os relatores enfiam com a mão esquerda no futuro texto constitucional. É uma pândega, em nome da democracia. Os relatores fazem o gerenciamento das emendas, redigem o texto, orientam o debate, encaminham a votação e exercem — em suma — o papel principal. Os presidentes, presidem.

Terminada a composição urdida às costas dos constituintes, pelo que desde os tempos da mais velha das nossas repúblicas se chama de cambalacho, daqui

para a frente as ilusões vão cair a cada passo. Não sobrá nenhuma.

Ficou evidente a discrepância entre o plenário e os homens influentes das comissões: o perfil dos relatores das comissões temáticas, pelo seu desenho ideológico de esquerda, não coincide com os traços moderados do plenário. Os relatores fornecidos pelo PMDB foram escolhidos, a dedo, pelo seu compromisso com os conceitos estatizantes e com o equívoco nacionalizante, os dois pilares onde o pensamento da esquerda brasileira amarra as suas rédeas. Ora, num país onde os partidos de esquerda foram, mais uma vez, repudiados pelos eleitores no dia 15 de novembro — pois os que se habilitaram a ser canais ideológicos não tiveram qualquer expressão política —, o PMDB utilizou esquerdistas que se apresentaram pelo centro. É autenticidade esse expediente?

Consuma-se a primeira grande traição à sociedade e aos sentimentos majoritários. Uma nação de pensamento centrista e conservador, por manobras tramadas como conspiração, foi entregue nas mãos de representantes de uma esquerda que não se apresentou como tal. Tem tudo para se configurar a grande traição política, de conseqüências graves.

É exemplo característico dessa duplicidade política o relator da Comissão que cuidará da Ordem Econômica: o senador Severo Gomes, oriundo do regime militar — a que serviu por duas vezes como ministro — é um crente do estatismo econômico, um nacionalista que se exprime em xenofobia e que, por essas duas vertentes, é um exaltado defensor da moratória unilateral para a dívida externa brasileira. O xenófobo e estatizante relator da futura Ordem Econômica se apresenta, desde já, como um espantalho nacionalista sobre a porteira do terceiro mundo.

O jogo está feito, mas agora começam as apostas. A cooptação que distinguiu a esquerda do PMDB é uma desconfiança no eleitorado que rejeitou a ideologia terceiro-mundista. Nada mais será creditado à sorte, nem acabará aceito como fato consumado.